A EDUCAÇÃO NO CAMPO COMO MEDIADORA ENTRE O CONHECIMENTO ESCOLAR E A REALIDADE DE ESTUDANTES ASSENTADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Vitor MACHADO e Ana Julia Gonçalves COMIN, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Bauru.

Eixo 8- Educação e Movimento Social.

v.machado@unesp.br e ana.j.comin@unesp.br

RESUMO

Esse trabalho reúne estudos de dois anos acerca da situação atual da Educação do Campo no cenário brasileiro, principalmente no Estado de São Paulo. Os conhecimentos foram agrupados por meio de leituras sistematizadas e diálogos diretos com os assentados das proximidades da cidade de Bauru. Buscou-se esclarecer ao longo da pesquisa políticas públicas e marcos que englobam o cenário rural, além de analisar se escolas existentes no interior de assentamentos têm realizado a Educação do Campo em concordância aos documentos que a regem, promovendo um ensino que prioriza a realidade social dos alunos assentados, além de oferecer visibilidade, reconhecimento e o devido respeito ao grupo em questão. A pesquisa se encontra quase pronta, necessitando-se apenas da finalização das entrevistas no assentamento, entretanto, o trabalho já resultou em novas discussões e reflexões, além de agrupar diversos dados. A partir da publicação do formato final da iniciação científica, estudantes terão a seu dispor um leque ainda maior de documentações para informar-se sobre a especificidade da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Cenário rural. Realidade social.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à educação desde sempre tem se mantido a determinados grupos sociais e, aparentemente, não importa quanto tempo passe, diferenças socioeconômicas sempre se revelarão nesse sistema. Tal como séculos atrás, cujo apenas um público elitizado poderia ter acesso ao ensino, hoje, ainda, essa diferenciação mantém-se ao considerar-se que enquanto aos centros urbanos são destinados a grande maioria de recursos financeiros, para o meio rural resta-lhe à margem desses, tendo de sustentar-se com “as sobras”. Dessa forma, é possível observar um imenso déficit na escolarização desse público, considerando-se sua alta

taxa de analfabetismo. Assim sendo, essa pesquisa tem como objetivo reunir dados e debater sobre a realidade da Educação do Campo como mediadora entre o conhecimento escolar e a realidade de estudantes assentados, com enfoque no estado de São Paulo. Para isso, pesquisas acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da conceituação de Escola do Campo serão realizadas, assim como a abordagem de políticas públicas, reflexões sobre o estado atual dessa vertente e diálogos sobre diferentes perspectivas também estarão presentes. Ao final, espera-se que a exposição do cenário detalhado gere um impacto suficiente para que um movimento de melhorias aconteça, para que por fim, o público agrário também possa ter acesso aos direitos que são conferidos a todos no artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

2. SEÇÕES DO TRABALHO

A pesquisa adotará o método de abordagem qualitativa para uma percepção profunda e sensitiva do descaso e das dificuldades que a população rural enfrenta na busca, até mesmo, pela simples alfabetização. Serão realizadas pesquisas de campo por meio de entrevistas semi-estruturadas com moradores de assentamentos locais, nas proximidades da cidade de Bauru. O estudo tem como premissa dar voz a esse agrupamento, de forma que sinta-se à vontade para expor medos, esperanças e conflitos, conferindo-lhe o anonimato de suas informações, o respeito pela sua história e opinião, além de garantir o consentimento livre aos participantes para participar ou não da pesquisa.

2.1 Entrevistas semi-estruturadas

Foi escolhida essa forma de pesquisa devido à flexibilidade de sua estrutura. Considerando um roteiro pré-formulado, com base em dez perguntas norteadoras, os entrevistadores serão livres para ir além da questão abordada, podendo complementar sua resposta da forma como sentir-se mais confortável, ampliando, no final, o valor simbólico que o trabalho como um todo carrega.

As entrevistas, que ainda serão realizadas, serão gravadas por meio de um gravador de som para fins puramente científicos, sendo que, aos candidatos serão esclarecidos todos os pormenores da ação, o anonimato continuará presente e as gravações serão excluídas após o uso.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 A Educação do Campo: Discussões Preliminares

Em uma realidade construída e fortificada no capitalismo, tende-se a visualizar áreas rurais, simplesmente, a imagem retratada pelo sistema mercantil: um lugar de produção, propriedade de valor, desconsiderando as famílias que ali vivem e suas histórias, não reconhecendo o valor social da terra. Porém, interpretando a identidade do campo apresentada por Martins (2020), trata-se de locais vinculados à questões inerentes à vida campestre, ancorando-se à temporalidade e aos saberes próprios da memória coletiva, estando estritamente ligados aos movimentos sociais em defesa de projetos que visem a melhoria da qualidade de vida geral no país.

A Educação do Campo, assim sendo, tem como premissa proporcionar aos camponeses uma vinculação com o seu passado e lhes projetar um futuro, permitindo que esses sujeitos se reconheçam de fato como portadores de direitos,

incentivando-os a desenvolverem-se como seres morais, intelectuais, culturais e espirituais, indo contra o movimento de diminuição aos quais foram submetidos durante a história. Sendo um resultado de lutas que se materializam como política educacional, dialogam com as peculiaridades da vida camponesa, não se resumindo a elas, como foi refletido por Martins(2020), esse tipo de educação precisa buscar a transformação da realidade, intervindo no cotidiano atual e construindo um novo projeto de campo e de sociedade a partir de uma visão ampla desta.

Adiante, é importante reconhecer que uma escola estar localizada em meio rural, não é o suficiente para que ela seja considerada do campo. Características específicas devem ser analisadas para que uma Escola do Campo seja ditada, como a forma a qual sua comunidade se organiza, por exemplo. Em seguida, o trabalho que as pessoas alí executam, já que o modo de reproduzir a existência de tais sujeitos está diretamente ligado ao trabalho com a terra, ou mesmo com a exploração de sua mão de obra, como assalariados rurais. E por fim, os cidadãos que efetivamente constroem o grupo, sendo os melhores indicativos para se ter noção se uma escola é do campo ou não, pois é por meio deles que toma-se consciência do universo do estudante, sua comunicação, brincadeiras e costumes. História, reflexões conceituais e epistemológicas, dinâmica própria que enlaça contradições e relações de poder locais e construções coletivas é o que compõem a complexidade de uma Escola do Campo.

De forma infeliz, ainda hoje a educação do campo é, na maior parte do tempo, considerada atrasada, precária e carente de recursos. Essa narrativa tem-se mantido, de certa forma, estável pois ainda trata-se de uma forma da elite assegurar a divisão de classes por meio de um universo educacional deficiente. Utiliza-se de um currículo urbanocêntrico que valoriza apenas as demandas do setor industrial, pouco tendo a ver com a realidade dos camponeses, apenas projetando, salas multisseriadas, alunos que ingressam tardiamente no processo de escolarização e a formação inadequada dos professores que nela atuam, não preparados para enfrentar a realidade campestre ou se quer estabelecer relações com esta. Refere-se a um modelo de educação que pouco tem a ofertar ao público rural, sendo necessária sua ressignificação para que essa população possa progredir.

Dialogando com Martins (2020), tudo o que se destina a estudantes do campo são, especificamente, resquícios das escolas urbanas: materiais, estrutura, profissionais e conteúdos, assegurando a esse grupo sua posição inferior no jogo de poder econômico das classes.

Essa hierarquização da cidade em detrimento ao campo, subjuga-o permanente ao mercado, reduzindo áreas rurais unicamente a um espaço de produção, identificado-o como agronegócio. Logo, os seres humanos que compõem esse cenário são relegados a um papel secundário nesta história. Atentando-se a tais fatos, torna-se inevitável a necessidade de intervenções conscientes relacionadas às necessidades sociais, uma fecundação entre prática social e teoria pedagógica, sobre o processo de exclusão social e os modos de produção capitalista e a inserção e o desenvolvimento dos “excluídos” desse sistema.

Posto isso, revoltados com suas más condições de vida, camponeses iniciaram um processo de contraposição a tais determinações adentrando em diversos movimentos que lutam em prol de denúncias e construções de perspectivas educacionais emancipatórias. Uma Escola do Campo deve ligar os seres humanos às suas próprias condições de existência social, parafraseando Sader (Mészáros, 2005): a natureza e o destino da educação do campo dependem diretamente do destino do trabalho no campo e, concomitantemente, das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates que constituem o atual campo brasileiro. A trajetória dessa educação encontra-se intimamente ligada à consolidação da cultura por políticas públicas dos movimentos democráticos e das lutas por igualdade e direitos à todos. Essa cultura avança com os movimentos sociais camponeses e termina provocando o

nascimento de políticas de expansão e melhorias na rede pública escolar do campo, na garantia do acesso de todos à escola, ao conhecimento e à cultura existente.

E é dessa forma que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), agente ativo que prova a vitalidade do campo questionando estruturas sociais da cultura que o legitima. Explicando Caldart (2000), o MST, além de simbolizar esse campo vivo, também contribui na formação de indivíduos como sujeitos sociais e culturais, dando às suas práticas na lavoura, por exemplo, novos sentidos, não o restringindo a pleno "trabalho", mas o ressignificando como expressão cultural e histórica, uma expansão do seu próprio ser.

É partindo dessa experiência que surge a concepção de uma Escola do Campo, posicionando escolas presentes no meio rural como uma nova categoria política, estabelecendo-se o tripé dessa educação: Movimentos Sociais, Escola e Políticas Educacionais (Martins, 2020).

3.2 Documentos Base para a Educação do Campo no Brasil

Perante o *Dossiê MST Escola*, observa-se a escola como um instrumento de transformação social que formará militantes aptos a transformar a realidade atual, em um trabalho conjunto onde todos aprendem simultaneamente. A comunidade acaba responsável por capacitar as crianças a fazerem a diferença dentro do movimento desde muito jovens, o aprender parte de questões do cotidiano. Hábitos negativos como autoritarismo, acomodação, individualismo e etc, não são bem vindos dentro desse sistema, ideia reforçada em seu ideal de escola: crianças serão educadas para desenvolverem sua moralidade, para que sejam capazes de criar esse mundo respeitoso, ativo e social que anseiam. Busca-se desenvolver o estado integral dos homens, uma educação *omnilateral*- expressão apresentada por Marx para referir-se à reintegração das diversas facetas do sujeito.

Assim sendo, o papel da Educação dentro da Escola do Campo é complexo, pois deve ensinar seu povo a não perder a sensibilidade, ainda que reconheçam a dureza dos homens e se indignem com tal perspectiva. Não devem nunca perder sua alegria. "*Os três pilares fundamentais dos assentamentos devem ser: o trabalho agropecuário, o conhecimento científico e o amor pela luta"*, retratando assim o que designa de *mística*, a *motivação* que impulsiona o grupo a seguir em frente, sendo seus valores: justiça, igualdade, liberdade, companheirismo, solidariedade e resistência (DOSSIÊ MST, 2001, p. 40-47).

A Escola do Campo ideal do movimento utiliza-se das experiências de trabalho dentro do assentamento para resgatar questões técnicas e organizativas em sala de aula, não se tratando de um aprendizado mecânico como descrito pelo "ensino bancário", mas sim da *construção* do conhecimento de forma propriamente dita, além de impulsionar a capacitação de seus alunos, *provocando a necessidade* do aprendizado.

Nesse novo formato de educação proposto pelo MST, diferenças pessoais são resolvidas sob objetivos conjuntos, desafiando a auto-superação de cada um, além de que, entende-se que cada indivíduo, em cada fase de sua vida, aprende de uma maneira específica, sendo papel da escola decifrar o *como* ensinar, visto que a existência social de cada pessoa é base para o MST. O ser humano por si só é o grande tesouro desse movimento, o conceito de comunidade é o que rege sua vitalidade, por isso relações sociais são vistas apenas como um balbuciar de palavras entre pessoas, mas, para além disso, é reconhecido como momento de cultivo de valores e construção de novos comportamentos, trata-se de um ato poderoso que carrega consigo o poder da mudança, como o anseio pela conscientização e formação de consciência de classes. É durante momentos de trocas como esse que o MST fundamenta seus princípios, buscando nada além de reconhecimento próprio,

garantia de seus direitos, igualdade e respeito. Trata-se do apogeu de toda uma cultura que expressa: linguagens, costumes, tradições, arte, rituais, religiosidade, saberes, valores éticos etc. (DOSSIÊ MST, 2001, p. 172). A toda essa discussão resume-se a *Pedagogia do Movimento*.

3.3 A História e os Marcos Legais da Educação do Campo

Tomando como partida o contexto da história da humanidade, é necessário ter-se em mente que a posse sobre terras sempre foi um sinal claro de poder. "Podemos dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas".(MORISSAWA, 2001, p. 57). Em 1850, a Lei de Terras formalizava o *status* de propriedade privada, o que fez com que a situação dos europeus, que já destacava-se, se sobrepusesse até meados da república. A matriz europeia mantinha consigo grande concentração de terras, logo, o poderio. Essa hierarquia gerou no Brasil uma prática de exportação que, para seguir o ritmo ditado pela globalização, precisou intensificar sua industrialização e urbanização a partir dos anos de 1930, descentralizando o campo como precursor principal da produção e projetando na cidade o futuro do país. Daí nasceria, então, a dicotomia entre o meio urbano e o rural (SILVA, 2016).

Restando ao campo o abandono por parte do governo, famílias rurais viram-se obrigadas a praticar o êxodo de seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida, abandonando suas *formas de ser* para adaptar-se ao exigido no meio urbano. Porém, a partir da final do século XX, com a emergência do agronegócio, houve a reestruturação do campo, quando as tecnologias que antes foram designadas para os meios urbanos invadiram o meio rural visando o aumento da produção e ocasionando uma *superexploração* do trabalho e da natureza, redundando a vida deste meio a um simples lugar de negócio.

> Pressionadas, as famílias camponesas se viram obrigadas a resistir para garantir sua sobrevivência. Surge, dentro do campo, então, a perspectiva de uma escolarização adequada que pudesse oferecer um futuro promissor, para além do simples ensino de conhecimentos científicos, também lhes propulsionando ao combate às superstições que envolviam o campo. Segundo Caldart (2003), esse entrelaçar da educação rural com o citado movimento, começa no momento em que mães e professoras, no início da década de 80, se mobilizam em busca de uma escola que fizesse *de fato* a diferença na vida dos seus filhos e alunos. Em seguida, pais e lideranças do MST também se mobilizam e entram na movimentação. Sequencialmente, até mesmo crianças tomam a frente, buscando garantir seu direito à educação, seja nos assentamentos conquistados, ou nos acampamentos. E assim teria nascido, de fato, a preocupação do MST com o trabalho escolar. Posteriormente, o próprio MST, surgido em meados dos anos de 1980, criou um setor de Educação específico para si em 1987, sendo que, a partir disso, a luta que iniciou-se com foco em escolas de primeira e quarta série, hoje alcança até mesmo as universidades.

Depois disso, a temática "escola" já tinha se apossado do cotidiano dentro dos assentamentos, consolidando-se como sua marca principal e sendo vista como um ato político estratégico dentro da luta pela Reforma Agrária, visto que está diretamente relacionada com a formação dos seus sujeitos, sendo aprovada a *Escola Itinerante dos Acampamentos* em novembro de 1996, no Rio Grande do Sul.

Com base nos estudos de Silva (2016), desde séculos atrás, toda a formação destinada aos trabalhadores do campo tem subjugado-se a um modelo "importado" de educação urbana- provavelmente devido ao clássico costume de adesão ao que fora classificado pela grande potência norte americana, ou a influência educativa que os

jesuítas deixaram no país, de caráter elitista e urbano-, caracterizando-se um meio rural estigmatizado, onde multiplicava-se preconceitos e estereótipos. A partir da aprovação da Constituição de 1988, esse cenário propunha-se a mudar, visando que a educação fosse um direito pleno para todos os sujeitos. Além do mais, estabelecia o Estado e a sociedade brasileira como responsáveis pela promoção dessa educação ampla que respeitasse singularidades e as culturas regionais.

Entretanto, às populações do meio rural mantinham-se às margens de todo esse processo, sendo algo reduzido à teoria, nunca de fato aplicado na prática. A partir disso, torna-se evidente que, para além da luta por terras, esse grupo teria que batalhar por políticas públicas de educação, para que seus estudantes fossem transformadores desse meio rural até então somente condenado. Era necessário sua superação, com uma formação humana baseada na produção material de sua própria existência, no trabalho, na cultura e na luta social, uma Pedagogia da Práxis que relacionasse prática-teoria-prática.

Foi então, no bojo desses acontecimentos que o Setor de Educação do MST, teria publicado, então, o 1° Boletim de Educação sobre “Como deve ser uma escola de assentamento”. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), em seu Artigo 28º, proclama que:

> Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> **I.** conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
>
> **II.** organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
>
> **III.** adequação à natureza do trabalhador na zona rural.

Porém, de acordo com o que fora apresentado por Caldart (2013), o termo “Educação *do* Campo”, *de fato*, originou-se somente após a conceituação: *Educação Básica do Campo*, durante a preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, uma parceria entre o MST, UnB, Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Unesco (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Tal discussão iniciou-se em agosto do ano anterior após o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (Enera). Entretanto, a terminologia *Educ*ação *do Campo* só ganhou espaço legítimo após os debates do Seminário Nacional realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, ainda no contexto de aprovação do Parecer (CNE) n° 36/2001, sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2001). A ideia final só foi afirmada de vez na II Conferência Nacional de julho de 2004.

Dentre as discussões de preparação do documento base da I Conferência, encontra-se debates sobre: condições de escolarização face aos problemas de acesso, manutenção e promoção dos alunos, qualidade do ensino, condições de trabalho e formação do corpo docente, modelos pedagógicos de resistência e experiências inovadoras no meio rural (SANTOS, 2017). Durante esse período houve também a seguinte denominação para EDUCAÇÃO RURAL:

> Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas, quando se discutir a educação do Campo, se estará tratando da

> educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito *camponês*. Um conceito histórico e político… (Kolling; Nery; Molina, 1999, p. 26).

Continuando, seria exatamente nesse momento que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) teria sido instituído pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária, pela portaria n° 10/98, em 16 de abril de 1998 (Brasil, 1998), incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2001, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Pendente à ajustar o Pronera à diretrizes políticas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi elaborado, em 2004, o Manual de Operações dessa política pública que declarava que sua principal finalidade seria:

> Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (Brasil, 2004, p. 17).

> [...] O Pronera é a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país. (Brasil, 2004).

A referida diversidade tornou-se de fato reconhecida somente a partir da publicação do Decreto n° 7.352 de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2010), quando o estado brasileiro integrou o Pronera à política pública de Educação do Campo (Art. 11°), decreto este que tornou-se um marco para Educação do Campo ao especificar que:

> **Art. 6°** - Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas. (Brasil, 2010, p. 04).

Adiante, em 2004, fora criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), ainda no âmbito do Ministério da Educação, onde fora instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo. Entretanto, já durante a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, houveram discussões acerca do retorno do campo à agenda nacional, o que realmente aconteceu apenas na década seguinte, ainda sob as perspectivas do capital, materializando o afamado *agronegócio*, fazendo com que a situação dos camponeses e da Reforma Agrária, que já era marginalizada, ficasse ainda mais em segundo plano, incitando o lema intitulado na II Conferência Nacional: “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!”. Posteriormente, em 2010, também fora estabelecido o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), que ia contra o fechamento de

escolas, o agronegócio e a criminalização dos movimentos sociais, além de impulsionar a criação de novos centros acadêmicos.

3.4 A Educação do Campo na Atualidade

Em 2017, o MST atualizou a questão da Reforma Agrária no link “quem somos” na internet. Ele afirmou o seguinte:

> O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentados, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária (MST, 2017, s/p).

Molina, Montenegro e Oliveira (2010), caracterizaram a rede de ensino no meio rural como de porte pequeno, devido a redução drástica de políticas de nucleação das escolas e transporte escolar que tem ocorrido nos últimos anos. Essa mesma pesquisa defendeu que 86% das escolas estaduais e 72% das escolas municipais, mesmo estando localizadas em escolas urbanas, apresentam 20% de alunos residentes em zonas rurais, estudantes que precisam se deslocar do seu local de convívio até um centro urbano para conseguir estudar, quando lhes é garantido por lei que os estudos deveriam chegar até si, não o oposto. O trabalho reforça que nas escolas da rede municipal de ensino no estado de São Paulo, as escolas urbanas apresentam desempenho médio superior às escolas rurais, sendo que, somente na rede estadual, nas escolas com alto índice de ruralidade (acima de 80%), o índice de aprovação também é menor se comparado com as escolas que só apresentam alunos residentes em áreas urbanas.

Essa exclusão se daria, de acordo com Arroyo (2010), devido a mistura de alunos com realidades desiguais, sem consideração das suas origens e moradias. Tanto no Inep, quanto no MEC, verifica-se que a educação ofertada às áreas rurais ainda refere-se à chamada educação rural, concepção vinculada à valorização de uma vida rural e o uso da terra, além de reforçar práticas culturais como a religião, festas caipiras e a reprodução familiar. Pode ser praticada em qualquer lugar por se tratar de um *tipo* de educação, além de relacionar docentes e discentes que estejam conectados à “educação como modo de vida rural” (MELO, 2011, p. 34). Uma linha de raciocínio construída a partir do campo e da sua cultura.

Entretanto, segundo Rangel e Carmo (2011), a educação rural, especificamente em seus aspectos pedagógicos, disciplinares e didáticos, seria concebida com a ideia de que todos os alunos são iguais, independente de onde vivem, logo, tanto o calendário, quanto o currículo seriam orientados pelos centros urbanos, impondo aos alunos camponeses um contexto sem sentido, diferentemente da Educação do Campo, que associar-se-ia à própria reconstrução de sua história e das circunstâncias de subalternidade que a assola desde o processo de colonização do país.

Para Vendramini (2015), as escolas rurais criadas no início do século XX surgiram mais para reter o êxodo rural do que criar, realmente, um espaço formativo, ou seja, de certa forma, não era algo que o governo *almejava/ansiava* fazer, resumindo-se mais a uma necessidade. A pouca educação oferecida aos camponeses nada mais era do que um instrumento de atendimento às necessidades educacionais básicas para o treinamento de mão de obra. Segundo um relatório da ONU (2013), um terço da população mundial está em favelas e assentamentos informais, sendo que

dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011) proclama que o analfabetismo rural é três vezes maior que o urbano e que a média de escolaridade no campo em 2009 era de 4 anos para os homens e 3,9 para as mulheres.

Como discutido, ainda hoje é notório o cenário decepcionante a qual a Educação do Campo está atrelada. Apesar de ser de suma importância deleitar-se sobre os avanços conquistados a partir de muita luta e mobilização, ainda é necessário manter essa realidade em debate, frente à bancadas e realmente colocá-la em "jogo", movimento, pois a população rural já manteve-se negligenciada por tempo demais. Revela-se a urgência dos camponeses finalmente assumirem seus postos e serem os sujeitos de seus próprios enredos.

4. PRÓXIMOS PASSOS

Levando-se em consideração o debate disposto, torna-se claro que o objetivo da Educação do Campo vai além de uma simples "tendência" pedagógica. Trata-se de um movimento que luta pela estadia dos camponeses ao lugar que lhes pertence, vivendo com condições adequadas e seguras para reprodução de sua própria existência, o desenvolvimento pleno desses indivíduos, além da garantia de perpetuação de seu legado. Com isso, a luta por políticas públicas não declara guerra direta contra o sistema capitalista, mas busca interagir com o Estado para direcionar suas ações ao que se anseia. Além disso, movimenta-se uma conscientização perante os preconceitos que nunca abandonam moradores rurais.

A realidade dos estudantes dos assentamentos do Estado de São Paulo será ainda mais destrinchada após as pesquisas em campo ocorrerem, complementando as discussões e reflexões já abordadas nesta pesquisa. Além disso, busca-se com o acesso a essa iniciação científica, que outros pesquisadores possam usá-la em seus estudos, ampliando o leque de documentações que informatizam sobre a realidade rural brasileira, cada vez mais dando voz a esses trabalhadores.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, p. 60–81, 2003.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009. CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Editora Vozes, 2000.

CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo.** Rio De Janeiro: Escola Politécnica De Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz ; São Paulo, 2013.

CASTAMAN, A. S.; DE APARECIDO VIEIRA, J.; RADKE, C. L. O contexto atual da Educação do Campo: o que dizem as pesquisas realizadas. **Criar Educação**, v. 7, n. 1, 2018.

MARTINS, F. J. **A escola e a educação do campo**. Pimenta Cultural, 2020.

(MST) Caderno da Educação N◦ 13 - Dossiê MST Escola - Documentos e Estudos (1990 – 2001) - MST. Disponível em: <https://share.google/8kzkL71Oymkb82jh7>. Acesso em: 2 mar. 2026

MELO, S. N. de. **Educação no Campo e Educação Rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica.** Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2011.

PEREIRA, I. B. **Dicionário da educação do campo.** 2012.

RANGEL, M.; CARMO, R. B. do. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, p. 205-214, 2011.

SANTOS, R. B. **História da educação do campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais.** Teias, p. 210-224 [em linha]. 2017.

SILVA, P. R. de S. **Trabalho e educação do campo: o MST e as escolas de ensino médio dos assentamentos de reforma agrária do Ceará.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

VENDRAMINI, C. R. Qual o futuro das escolas no campo? **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 49-70, 2015.